



31 de Março de 2016
Demonstrações Contábeis Completas

ÍNDICE

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS	3
--	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ÍNDICE	2
1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	20
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD	21
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	29
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29
9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	34
10. CARTEIRA DE CÂMBIO	35
11. OUTROS VALORES E BENS	35
12. INVESTIMENTOS	36
13. IMOBILIZADO DE USO	36
14. INTANGÍVEL	36
15. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	37
16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	38
17. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	39
18. OUTRAS OBRIGAÇÕES	39
19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	40
20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	42
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
22. TRIBUTOS	43
23. PARTES RELACIONADAS	45
24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	48
25. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	49
26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	53
27. OUTRAS INFORMAÇÕES	57

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Votorantim S.A. (“Conglomerado”), em 31 de março de 2016, as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas (“Informações contábeis intermediárias consolidadas”).

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

Revisamos também, as informações contábeis intermediárias consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Conglomerado e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	31.03.2016	31.12.2015		31.03.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE	61.787.221	61.654.408	PASSIVO CIRCULANTE	69.727.543	70.841.194
Disponibilidades (Nota 4)	209.863	179.915	Depósitos (Nota 15a)	3.007.309	2.627.146
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	16.978.404	16.892.435	Depósitos à vista	77.682	81.331
Aplicações no mercado aberto	14.538.266	14.851.895	Depósitos interfinanceiros	904.100	778.942
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.440.138	2.040.540	Depósitos a prazo	2.025.527	1.766.873
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	17.082.660	15.691.286	Captações no Mercado Aberto (Nota 15c)	35.974.649	32.050.247
Carteira própria (Nota 6a)	8.475.345	10.078.538	Carteira própria	27.859.426	26.291.499
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6a)	5.321.746	3.486.611	Carteira de terceiros	6.755.198	4.713.636
Vinculados à prestação de garantias (Nota 6a)	2.122.664	1.157.610	Carteira de livre movimentação	1.360.025	1.045.112
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	1.498.647	1.299.153	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 17)	11.660.970	15.483.086
(Provisão para desvalorização de títulos) (Nota 6a)	(335.742)	(330.626)	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	8.744.944	7.659.358
Relações Interfinanceiras	441.542	72.157	Recursos de debêntures	605	571
Pagamentos e recebimentos a liquidar	231	-	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	2.915.421	7.823.157
Créditos vinculados (Nota 7a)	392.130	20.232	Relações Interfinanceiras	510	-
Depósitos no Banco Central	392.130	20.232	Recebimentos e pagamentos a liquidar	510	-
Repasses interfinanceiros	48.209	51.668	Relações Interdependências	34.266	83.208
Correspondentes	972	257	Recursos em trânsito de terceiros	34.266	83.208
Operações de Crédito (Nota 8a)	20.278.131	21.187.840	Obrigações por Empréstimos (Nota 16a)	3.248.890	4.090.964
Setor público	86.114	117.549	Empréstimos no exterior	3.248.890	4.090.964
Setor privado	14.215.053	15.611.411	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 16b)	859.377	878.211
Operações de crédito vinculadas à cessão	7.782.536	7.345.265	Tesouro Nacional	83.705	71.884
(Provisão para operações de crédito)	(1.805.572)	(1.886.385)	BNDES	401.695	417.564
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8a)	119.609	142.319	FINAME	373.977	388.763
Setor privado	134.679	165.161	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	1.144.139	1.805.525
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(15.070)	(22.842)	Outras Obrigações	13.797.433	13.822.807
Outros Créditos	6.402.900	7.237.536	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	18.197	17.975
Carteira de câmbio (Nota 10a)	1.808.866	2.192.550	Carteira de câmbio (Nota 10a)	1.460.620	1.533.310
Rendas a receber	163.723	18.372	Sociais e estatutárias	159.877	297.798
Negociação e intermediação de valores	439.947	722.307	Fiscais e previdenciárias (Nota 18a)	182.925	595.021
Diversos (Nota 9)	4.036.932	4.601.484	Negociação e intermediação de valores	447.176	324.096
(Provisão para outros créditos) (Nota 8a)	(46.568)	(297.177)	Dívidas subordinadas (Nota 18b)	601.468	576.404
Outros Valores e Bens (Nota 11)	274.112	250.920	Diversas (Nota 18d)	10.927.170	10.478.203
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	279.607	262.969	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	31.499.277	31.763.457
(Provisão para desvalorizações)	(46.007)	(45.293)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	31.458.024	31.715.210
Despesas antecipadas	40.512	33.244	Depósitos (Nota 15a)	1.483.414	1.578.732
ATIVO NÃO CIRCULANTE	47.519.601	48.566.907	Depósitos interfinanceiros	1.182.161	1.153.560
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	47.102.812	48.045.215	Depósitos a prazo	301.253	425.172
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5a)	51.887	294.207	Captações no Mercado Aberto (Nota 15c)	678.009	749.675
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.887	294.207	Carteira própria	678.009	749.675
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	16.963.753	17.282.722	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 17)	9.198.729	9.839.719
Carteira própria (Nota 6a)	9.079.339	8.199.104	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	8.767.374	9.539.573
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 6a)	6.754.875	5.844.175	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	431.355	300.146
Vinculados à prestação de garantias (Nota 6a)	265.190	1.989.055	Obrigações por Empréstimos (Nota 16a)	209.663	137.011
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 6d)	1.430.389	1.250.388	Empréstimos no exterior	209.663	137.011
(Provisão para desvalorização de títulos) (Nota 6a)	(566.040)	-	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 16b)	2.713.920	2.787.022
Operações de Crédito (Nota 8a)	22.975.184	23.057.311	Tesouro Nacional	5.882	5.804
Setor público	516.686	587.746	BNDES	1.103.429	1.164.276
Setor privado	16.648.634	17.176.631	FINAME	1.604.609	1.616.942
Operações de crédito vinculadas à cessão	6.953.930	6.677.220	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6d)	1.632.327	1.108.857
(Provisão para operações de crédito)	(1.144.066)	(1.384.286)	Outras Obrigações	15.541.962	15.514.194
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8a)	21.506	24.258	Fiscais e previdenciárias (Nota 18a)	582.110	573.104
Setor privado	24.215	28.151	Negociação e intermediação de valores (Nota 18b)	144.718	140.726
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)	(2.709)	(3.893)	Dívidas subordinadas (Nota 18b)	5.107.904	5.469.532
Outros Créditos	6.769.240	7.012.047	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 18c)	938.951	881.642
Créditos por avais e fianças honrados	21.786	197.497	Diversas (Nota 18d)	8.768.279	8.449.190
Rendas a receber	895	585	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	41.253	48.247
Negociação e intermediação de valores	466	566	PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	-	-
Diversos (Nota 9)	6.777.997	7.370.951	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.080.002	7.616.664
(Provisão para outros créditos) (Nota 8a)	(31.904)	(557.552)	Capital	7.483.754	7.483.754
Outros Valores e Bens (Nota 11)	321.242	374.670	De domiciliados no País (Nota 21a)	7.483.754	7.483.754
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	1.754	375	Reservas de Capital (Nota 21b)	372.120	372.120
(Provisão para desvalorizações)	(710)	(164)	Reservas de Lucros (Nota 21c)	392.434	392.434
Despesas antecipadas	320.198	374.459	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 21d)	(254.517)	(631.644)
PERMANENTE	416.789	521.692	Lucros acumulados	86.211	-
Investimentos	216.048	324.449	Capital	7.483.754	7.483.754
Participações em controladas (Nota 12a)	147.695	255.969	De domiciliados no País (Nota 21a)	7.483.754	7.483.754
No País	147.695	255.969	Reservas de Capital (Nota 21b)	372.120	372.120
Outros investimentos (Nota 12b)	115.712	115.712	Reservas de Lucros (Nota 21c)	392.434	392.434
(Imparidade acumulada) (Nota 12b)	(47.359)	(47.232)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 21d)	(254.517)	(631.644)
Imobilizado de Uso (Nota 13)	97.855	97.125	Lucros acumulados	86.211	-
Outras imobilizações de uso	256.916	248.989	Capital	7.483.754	7.483.754
(Depreciação acumulada)	(159.061)	(151.864)	De domiciliados no País (Nota 21a)	7.483.754	7.483.754
Intangível (Nota 14a)	88.778	85.351	Reservas de Capital (Nota 21b)	372.120	372.120
Ativos intangíveis	179.284	170.330	Reservas de Lucros (Nota 21c)	392.434	392.434
(Amortização acumulada)	(65.503)	(60.129)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 21d)	(254.517)	(631.644)
(Imparidade acumulada)	(25.003)	(24.850)	Lucros acumulados	86.211	-
Diferido	14.108	14.767	Capital	7.483.754	7.483.754
Gastos de organização e expansão	36.838	36.851	De domiciliados no País (Nota 21a)	7.483.754	7.483.754
(Amortização acumulada)	(22.730)	(22.084)	Reservas de Capital (Nota 21b)	372.120	372.120
TOTAL DO ATIVO	109.306.822	110.221.315	TOTAL DO PASSIVO	109.306.822	110.221.315

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o Lucro Líquido por ação)

		1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.757.316	5.337.417
Operações de crédito	(Nota 8b)	1.551.652	2.341.248
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 8h)	60.074	313.649
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6b)	833.883	1.163.470
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 6 d.9)	267.235	539.108
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 7b)	3.040	-
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(Nota 8k)	1.041.432	979.942
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.715.855)	(5.015.867)
Operações de captação no mercado	(Nota 15d)	(1.846.764)	(3.154.297)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 16c)	262.678	(401.340)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 8h)	(50.404)	(284.502)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 10b)	(201.125)	234.607
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(Nota 8k)	(771.292)	(721.654)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 8f)	(108.948)	(688.681)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.041.461	321.550
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(691.260)	(225.672)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 19a)	117.827	110.524
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 19b)	138.688	132.358
Despesas de pessoal	(Nota 19c)	(315.285)	(315.619)
Outras despesas administrativas	(Nota 19d)	(260.849)	(272.327)
Despesas tributárias	(Nota 22c)	(96.061)	(117.026)
Resultado de participações em controladas	(Nota 12a)	42.579	37.626
Outras receitas operacionais	(Nota 19e)	72.189	415.932
Outras despesas operacionais	(Nota 19f)	(390.348)	(217.140)
RESULTADO OPERACIONAL		350.201	95.878
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 20)	(434)	(2.979)
Receitas não operacionais		12.640	6.462
Despesas não operacionais		(13.074)	(9.441)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		349.767	92.899
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 22a)	(225.594)	81.609
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(37.962)	(52.654)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-
LUCRO LÍQUIDO		86.211	121.854

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital		Legal	Outras			
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	(327.123)	-	7.553.874
Aumento de capital (Nota 21a)	-	357.993	-	-	(357.993)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 21d)	-	-	-	-	-	2.984	-	2.984
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	121.854	121.854
Saldos em 31.03.2015	7.125.761	357.993	372.120	25.123	-	(324.139)	121.854	7.678.712
Mutações do período	-	357.993	-	-	(357.993)	2.984	121.854	124.838
Saldos em 31.12.2015	7.483.754	-	372.120	49.209	343.225	(631.644)	-	7.616.664
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 21d)	-	-	-	-	-	377.127	-	377.127
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	86.211	86.211
Saldos em 31.03.2016	7.483.754	-	372.120	49.209	343.225	(254.517)	86.211	8.080.002
Mutações do período	-	-	-	-	-	377.127	86.211	463.338

O Resultado por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	349.767	92.899
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	549.798	81.670
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 8f)	108.948	688.681
Depreciações e amortizações (Nota 19d)	14.202	9.872
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	280	167
Resultado de participação em controladas (Nota 12a)	(42.579)	(37.626)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 20)	4.415	3.695
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 20)	1.414	(1.115)
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	57.262	42.260
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	89.603	103.847
Receita de juros e variação cambial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	400.549	(458.381)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(100.510)	(164.217)
Outras receitas e despesas operacionais	16.107	(105.145)
Outros ajustes	107	(368)
Lucro ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	899.565	174.569
Variações Patrimoniais	(3.447.655)	(2.872.243)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.422.905)	(5.729.781)
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(2.352.564)	(690.028)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(45.919)	137.086
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(371.898)	13.700
(Aumento) Redução em operações de crédito	234.188	(2.186.614)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	23.079	62.261
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	1.319.745	848.414
(Aumento) Redução em outros valores e bens	24.407	98.965
Imposto de renda e contribuição social pagos	(86.197)	(234.375)
(Redução) Aumento em depósitos	284.845	1.117.130
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	3.852.736	1.241.657
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(4.463.106)	1.495.606
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	(861.358)	837.729
(Redução) Aumento em outras obrigações	424.286	118.999
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	(6.994)	(2.992)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(2.548.090)	(2.697.674)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(2.536.842)	(497.581)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(2.901.866)	-
(Aquisição) de imobilizado de uso	(8.747)	(12.303)
(Aquisição) de intangíveis	(10.825)	(17.596)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	5.104.832	3.490.702
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	1.719.476	569.841
Alienação de imobilizado de uso	236	8
Alienação de intangíveis / diferido	1.376	1.187
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.367.640	3.534.258
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	(336.564)	824.104
(Redução) Aumento em instrumentos de dívidas elegíveis a capital	57.309	15.741
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(279.255)	839.845
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.459.705)	1.676.429
Início do período	8.867.951	2.801.920
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(89.603)	(103.847)
Fim do período (Nota 4)	7.318.643	4.374.502
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.459.705)	1.676.429

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO VALOR ADICIONADO
 Trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

		1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Receitas		3.586.290	5.087.431
Receitas de intermediação financeira		3.757.316	5.337.417
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	(Nota 19a/ 19b)	256.515	242.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 8f)	(108.948)	(688.681)
Outras receitas/despesas	(Nota 19e/ 19f/ 20)	(318.593)	195.813
Despesas da Intermediação Financeira		(2.606.907)	(4.327.186)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(229.785)	(242.102)
Materiais, água, energia e gás	(Nota 19d)	(2.249)	(1.965)
Serviços de terceiros	(Nota 19d)	(1.690)	(1.701)
Comunicações	(Nota 19d)	(17.312)	(17.629)
Processamento de dados	(Nota 19d)	(40.786)	(45.405)
Transporte	(Nota 19d)	(2.917)	(3.250)
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 19d)	(451)	(475)
Serviços técnicos especializados	(Nota 19d)	(90.095)	(85.949)
Serviços do sistema financeiro	(Nota 19d)	(25.959)	(23.701)
Propaganda e publicidade	(Nota 19d)	(831)	(566)
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 19d)	(24.108)	(25.150)
Outras	(Nota 19d)	(23.387)	(36.311)
Valor Adicionado Bruto		749.598	518.143
Despesas de amortização/depreciação	(Nota 19d)	(14.202)	(9.872)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		735.396	508.271
Valor Adicionado Recebido em Transferência		42.579	37.626
Resultado de participações em controladas	(Nota 12a)	42.579	37.626
Valor Adicionado a Distribuir		777.975	545.897
		100,00%	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		777.975	545.897
		100,00%	100,00%
Pessoal		307.057	327.294
		39,47%	59,96%
Salários e honorários		220.699	225.508
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		37.962	52.654
Benefícios e treinamentos		31.877	33.031
FGTS		16.056	15.406
Outros encargos		463	695
Impostos, Taxas e Contribuições		367.845	76.396
		47,28%	13,99%
Federais		354.476	63.364
Estaduais		378	234
Municipais		12.991	12.798
Remuneração de Capitais de Terceiros		16.862	20.353
		2,17%	3,73%
Aluguéis	(Nota 19d)	16.862	20.353
Remuneração de Capitais Próprios		86.211	121.854
		11,08%	22,32%
Lucro retido		86.211	121.854

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Conglomerado) é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas do Conglomerado Financeiro foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) destacando-se os dispositivos relativos ao Conglomerado Financeiro.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. O processo não inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos, dos fundos de investimentos em direitos creditórios e das controladas não financeiras de acordo com as normas de consolidação estabelecidas pelo CMN para fins do Conglomerado Financeiro. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3. A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

O Banco aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto no seguinte pronunciamento que pode gerar impacto relevante na demonstração contábil:

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - ajuste na provisão pra crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2015 foi emitida a Resolução CMN Nº 4.455 que trata dos procedimentos contábeis a serem observados no reconhecimento dos efeitos das variações cambiais na conversão de demonstrações financeiras e no Hedge de variação cambial de dependência e de entidade coligada ou controlada no exterior. Esta norma requer que o resultado de equivalência patrimonial tenha a parcela do resultado auferido reconhecida no resultado do período, e a parcela correspondente à variação cambial, líquida dos efeitos tributários, reconhecidas como componente destacado do patrimônio líquido. A norma deve ser aplicada prospectivamente a partir de 01 de julho de 2016, e os possíveis impactos estão sendo avaliados para implementação na data em vigor da norma.

A emissão das Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 03 de maio de 2016.

Participações societárias incluídas nas Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

		31.03.2016	31.12.2015
Controladas Financeiras	Atividade	% de Participação	
Segmento Bancário – País			
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	99,99%	99,99%
Segmento Gestão de Recursos			
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.	Administração de ativos	99,99%	99,99%
Segmento Bancário – Exterior			
Votorantim Bank Limited	Bancária	99,99%	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc.	Corretora	100,00%	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited	Corretora	100,00%	100,00%

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
 Trimestre findo em 31 de março de 2016
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldos em 31.03.2016	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/(Prejuízo) 1º Trimestre/2016	Quantidade de Ações ordinárias/Quotas (em milhares)	Participação do Capital Social %
No País					
Votorantim CTVM Ltda.	185.970	269.325	2.302	18.597.000	99,99%
Votorantim Asset DTVM Ltda.	50.884	79.306	2.913	5.088.408	99,99%
BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ⁽¹⁾	916.422	1.539.842	(4.000)	3.080	100,00%
BV Leasing Arrend. Merc. S.A.	872.800	968.715	8.126	510	100,00%
No exterior					
Votorantim Bank Limited	125.596	14.763	(263)	97	99,99%
Banco Votorantim Securities	78.296	36.827	(2.333)	22.000	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited	20.472	21.660	(791)	4.000	100,00%

⁽¹⁾ O Patrimônio Líquido Ajustado da controlada BV Financeira contempla resultados não realizados de transações com partes relacionadas líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 14.703, eliminado no processo de consolidação do Conglomerado Financeiro.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira – Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais – Outras Despesas Operacionais no trimestre findo em 31 de março de 2015.
- Reclassificação de reversão de provisão de valores a pagar de Outras Receitas/Despesas Operacionais – Outras Receitas Operacionais para Outras Despesas Administrativas no trimestre findo em 31 de março de 2015.

Demonstração do Resultado

	01.01 a 31.03.2015		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.701.645	(364.228)	5.337.417
Operações de crédito (Nota 9b)	2.470.869	(129.621)	2.341.248
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	234.607	(234.607)	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.250.474)	234.607	(5.015.867)
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	-	234.607	234.607
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	451.171	(129.621)	321.550
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(355.293)	129.621	(225.672)
Outras despesas administrativas (Nota 20d)	(273.891)	1.564	(272.327)
Outras receitas operacionais (Nota 20e)	331.101	84.831	415.932
Outras despesas operacionais (Nota 20f)	(260.366)	43.226	(217.140)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa classificamos os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações tanto os instrumentos financeiros derivativos quanto os itens objeto de *hedge* são ajustados ao valor de mercado. Para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquido dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro

sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo. Para as operações de atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme a avaliação interna.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 8e).

As operações de crédito, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações – Diversas – Credores Diversos – No País.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de “Direito de usufruto de ações” foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito passou a ser registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (Nota Explicativa nº 13).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Companhia e os gastos efetuados até 30 de setembro de 2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortização calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares* (Nota Explicativa nº 14). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas – Amortização (Nota Explicativa nº 19d). A entidade avalia ao fim de cada período de reporte se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No “Programa de incentivo de curto e longo prazo” elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em “ações virtuais” da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em “Outras obrigações diversas – Provisão para pagamentos a efetuar” em contrapartida à rubrica de “Despesas de pessoal – Proventos”. Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 24.

Em 25 de junho de 2015, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.424/2015, cuja vigência iniciou em 01 de janeiro de 2016, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados que deve ser aplicado pela entidade empregadora na contabilização e na divulgação dos benefícios concedidos aos colaboradores. O Pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo quando o colaborador prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do colaborador em troca de benefícios a esse colaborador. A adoção desta norma não resultou em impactos nas Demonstrações Contábeis.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (31 de dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 25).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição, esta constitui Passivo Contingente “Avais e Fianças não honradas”, baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço. As operações de avais e fianças não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de “rating” de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração as respectivas provisões mínimas conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a provisão de fiança não honrada é reconhecida em Outras Obrigações – Diversas – Provisão para Perdas – Fianças não Honradas (Nota Explicativa nº 18d).

p) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.03.2016	31.12.2015
Disponibilidades	209.863	179.915
Disponibilidades em moeda nacional	24.255	5.213
Disponibilidades em moeda estrangeira	185.608	174.702
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez⁽¹⁾	7.108.780	8.688.036
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	5.830.812	7.499.104
Aplicações em depósitos interfinanceiros	429.867	991.360
Aplicações em moedas estrangeiras	848.101	197.572
Total	7.318.643	8.867.951

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.03.2016	31.12.2015
Aplicações no Mercado Aberto	14.538.266	14.851.895
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	6.678.055	9.054.888
Letras Financeiras do Tesouro	2.039.995	1.300.057
Letras do Tesouro Nacional	885.273	576.875
Notas do Tesouro Nacional	3.752.787	7.177.956
Revendas a Liquidar - Posição Financiada	6.551.650	4.725.598
Letras do Tesouro Nacional	1.422.954	707.030
Notas do Tesouro Nacional	5.128.696	4.018.568
Revendas a Liquidar - Posição Vendida	1.308.561	1.071.409
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	1.308.561	1.071.409
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.492.025	2.334.747
Total	17.030.291	17.186.642
Ativo circulante	16.978.404	16.892.435
Ativo não circulante	51.887	294.207

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	541.884	290.789
Posição bancada	291.410	143.855
Posição financiada	217.944	134.727
Posição vendida	32.530	12.207
Rendas de Aplic. em Dep. Interfinanceiros	37.441	17.422
Total	579.325	308.211

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	31.03.2016									31.12.2015		
	Valor de Mercado					Total			Total			
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
1 – Títulos para negociação	324	3.748.840	109.814	5.998	3.188.998	7.095.698	7.053.974	(41.724)	5.291.493	5.214.663	(76.830)	
Títulos Públicos	-	3.748.840	8.198	4.197	3.152.810	6.956.551	6.914.045	(42.506)	5.161.629	5.085.070	(76.559)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	5.069	1.147	623.059	629.780	629.275	(505)	580.720	580.703	(17)	
Letras do Tesouro Nacional	-	3.748.840	-	-	1.193.010	4.925.682	4.941.850	16.168	2.945.833	2.944.685	(1.148)	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	3.129	-	1.333.906	1.395.170	1.337.035	(58.135)	1.621.663	1.546.970	(74.693)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	3.050	2.835	5.919	5.885	(34)	13.413	12.712	(701)	
Títulos Privados	324	-	101.616	1.801	36.188	139.147	139.929	782	129.864	129.593	(271)	
Ações	324	-	-	-	-	52	324	272	52	203	151	
Eurobonds	-	-	-	1.801	5.645	7.479	7.446	(33)	1.842	981	(861)	
Letras Financeiras	-	-	101.616	-	-	101.616	101.616	-	97.820	97.820	-	
Outros	-	-	-	-	30.543	30.000	30.543	543	30.150	30.589	439	
2 – Títulos Disponíveis para Venda	685.021	33.823	1.129.961	1.166.044	12.617.173	16.003.515	15.632.022	(371.493)	18.937.776	18.061.323	(876.453)	
Títulos Públicos	-	-	564.707	825.240	6.079.347	7.579.496	7.469.294	(110.202)	10.811.150	10.275.980	(535.170)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	206	-	1.369	1.575	1.575	-	1.525	1.525	-	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	454.642	825.240	756.607	2.041.712	2.036.489	(5.223)	5.185.339	4.996.967	(188.372)	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	109.140	-	4.308.982	4.541.215	4.418.122	(123.093)	4.539.090	4.257.412	(281.678)	
Títulos da Dívida Agrária	-	-	719	-	660	1.368	1.379	11	1.322	1.310	(12)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	1.011.729	993.626	1.011.729	18.103	1.083.874	1.018.766	(65.108)	
Títulos Privados	685.021	33.823	565.254	340.804	6.537.826	8.424.019	8.162.728	(261.291)	8.126.626	7.785.343	(341.283)	
Debêntures ⁽¹⁾	-	10.685	56.788	47.853	3.310.897	3.565.339	3.426.223	(139.116)	3.199.560	3.081.252	(118.308)	
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	401.383	-	208.800	662.137	610.183	(51.954)	636.030	585.321	(50.709)	
Ações ⁽³⁾	666.498	-	-	-	-	652.514	666.498	13.984	652.513	659.046	6.533	
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	18.523	-	-	-	1.697.638	1.716.161	1.716.161	-	1.629.152	1.629.152	-	
Cédulas de produto rural - commodities ⁽⁵⁾	-	23.138	68.299	53.934	86.378	243.925	231.749	(12.176)	390.383	374.127	(16.256)	
Eurobonds ⁽⁶⁾	-	-	35.633	954	495.843	596.499	532.430	(64.069)	670.230	535.991	(134.239)	
Credit Linked Notes	-	-	-	-	219.333	223.617	219.333	(4.284)	242.451	220.067	(22.384)	
Letras Financeiras	-	-	-	238.063	195.564	435.978	433.627	(2.351)	443.184	439.012	(4.172)	
Outros	-	-	3.151	-	323.373	327.849	326.524	(1.325)	263.123	261.375	(1.748)	
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	4.699.590	798.567	2.898.138	8.431.381	8.396.295	(35.086)	7.148.481	7.084.905	(63.576)	
Títulos Públicos	-	-	4.699.590	798.567	2.898.138	8.431.381	8.396.295	(35.086)	7.148.481	7.084.905	(63.576)	
Letras do Tesouro Nacional	-	-	3.559.747	-	2.898.138	6.473.138	6.457.885	(15.253)	5.186.366	5.151.226	(35.140)	
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.139.843	798.567	-	1.958.243	1.938.410	(19.833)	1.962.115	1.933.679	(28.436)	
Total (1 + 2 + 3)	685.345	3.782.663	5.939.365	1.970.609	18.704.309	31.530.594	31.082.291	(448.303)	31.377.750	30.360.891	(1.016.859)	

O valor de mercado contempla o ajuste prudencial de spread de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução nº 4.277/2013, do Banco Central do Brasil.

Os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações estão ajustadas ao valor de mercado.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (1) O valor de custo das Debêntures inclui provisão para perdas no montante de R\$ 625.710 (R\$ 75.764 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (2) O valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para perdas no montante de R\$ 105.730 (R\$ 101.397 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (3) O valor de custo das Ações inclui provisão para perdas no montante de R\$ 87.444 (R\$ 87.444 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa.
- (4) Em 31 de março de 2016, o valor de custo das Cotas de Fundos de Investimentos inclui provisão para perdas no montante de R\$ 22.094 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (5) O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 7.132 (R\$ 7.132 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (6) O valor de custo de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 53.672 (R\$ 58.889 em 31 de dezembro de 2015) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento em dias

	31.03.2016					31.12.2015					
	Valor de Mercado					Total					
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	685.345	3.782.663	5.939.365	1.970.609	18.704.309	31.530.594	31.082.291	(448.303)	31.377.750	30.360.891	(1.016.859)
Carteira própria	772.789	3.871.559	789.206	356.425	11.765.492	17.838.199	17.555.471	(282.728)	13.522.977	18.254.337	4.731.360
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	5.052.903	1.045.608	5.945.987	12.139.850	12.044.498	(95.352)	14.879.999	9.301.830	(5.578.169)
Vinculados à prestação de garantias	-	-	202.986	622.247	1.558.871	2.454.327	2.384.104	(70.223)	3.305.400	3.135.350	(170.050)
Provisão para desvalorização de títulos	(87.444)	(88.896)	(105.730)	(53.671)	(566.041)	(901.782)	(901.782)	-	(330.626)	(330.626)	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.03.2016					31.12.2015			
	Valor de Mercado					Total			
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por Categoria	685.345	11.692.637	12.441.599	4.365.865	1.896.845	31.530.594	31.082.291	31.377.750	30.360.891
Títulos para negociação	324	3.864.652	1.743.862	1.403.417	41.719	7.095.698	7.053.974	5.291.493	5.214.663
Títulos Disponíveis para Venda	685.021	2.329.828	7.799.599	2.962.448	1.855.126	16.003.515	15.632.022	18.937.776	18.061.323
Títulos Mantidos até o vencimento	-	5.498.157	2.898.138	-	-	8.431.381	8.396.295	7.148.481	7.084.905

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.03.2016			31.12.2015		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	15.584.013	15.533.364	31.117.377	14.392.133	16.032.334	30.424.467
Carteira própria	8.475.345	9.079.339	17.554.684	10.078.538	8.199.104	18.277.642
Vinculados a compromisso de recompra	5.321.746	6.754.875	12.076.621	3.486.611	5.844.175	9.330.786
Vinculados à prestação de garantias	2.122.664	265.190	2.387.854	1.157.610	1.989.055	3.146.665
Provisão para desvalorização de títulos	(335.742)	(566.040)	(901.782)	(330.626)	-	(330.626)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	31.03.2016		31.12.2015	
1 – Título para Negociação	7.053.974	23%	5.214.663	17%
2 – Títulos Disponíveis para Venda	15.632.022	50%	18.061.323	59%
3 – Títulos Mantidos até o Vencimento	8.431.381	27%	7.148.481	23%
Valor contábil da carteira	31.117.377	100%	30.424.467	100%
Marcação a mercado da categoria três	(35.086)		(63.576)	
Valor de mercado da carteira	31.082.291		30.360.891	

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 8.431.381 (R\$ 7.148.481 em 31 de dezembro de 2015), representando 27% do total de títulos e valores mobiliários (23% em 31 de dezembro de 2015).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	579.325	308.211
Títulos de renda fixa	290.405	824.773
Títulos no exterior	(85.544)	(25.477)
Títulos de renda variável	7.939	1.884
Aplicações em fundos de investimento	41.547	54.054
Outros	211	25
Total	833.883	1.163.470

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias no trimestre findo em 31 de março de 2016.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado ou de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
 Trimestre findo em 31 de março de 2016
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	31.03.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	34.210.056	-	-	31.336.697	-	-
DI	9.342.266	-	-	9.689.066	-	-
Moedas	9.628.794	-	-	3.655.150	-	-
Índice	417.042	-	-	492.173	-	-
Cupom cambial	14.821.954	-	-	17.500.308	-	-
Compromissos de Venda	63.328.523	-	-	52.433.963	-	-
DI	28.412.394	-	-	25.848.628	-	-
Moedas	2.056.333	-	-	807.850	-	-
Índice	152.111	-	-	32.794	-	-
Cupom cambial	32.707.685	-	-	25.744.691	-	-
Operações a Termo						
Posição Ativa	285.071	285.071	284.671	5.088	5.088	5.127
Termo de moeda	3.861	3.861	3.899	5.088	5.088	5.127
Termo de títulos públicos	281.210	281.210	280.772	-	-	-
Posição Passiva	285.071	(285.071)	(284.662)	5.088	(5.088)	(5.088)
Termo de moeda	3.861	(3.861)	(3.944)	5.088	(5.088)	(5.088)
Termo de títulos públicos	281.210	(281.210)	(280.718)	-	-	-
Contratos de Opções⁽¹⁾						
De compra – Posição Comprada	15.838.583	501.551	283.029	11.867.709	472.390	592.222
Moeda estrangeira	11.079.788	405.657	166.046	8.837.000	413.343	494.547
Opções Flexíveis	3.323.715	50.120	24.633	2.865.709	49.064	96.505
Ações	1.435.080	45.774	92.350	165.000	9.983	1.170
De venda – Posição Comprada	11.431.233	426.695	554.215	9.095.592	225.159	83.882
Moeda estrangeira	6.740.863	139.239	277.267	8.556.044	198.163	43.015
Opções Flexíveis	3.760.820	252.298	250.111	6.048	336	233
Ações	929.550	35.158	26.837	533.500	26.660	40.634
De compra – Posição Vendida	21.522.197	(736.409)	(566.071)	14.799.098	(629.808)	(1.295.934)
Moeda estrangeira	15.178.063	(241.191)	(71.683)	13.142.625	(485.323)	(1.261.532)
Opções Flexíveis	4.951.664	(463.881)	(438.228)	1.289.173	(136.269)	(33.848)
Ações	1.392.470	(31.337)	(56.160)	367.300	(8.216)	(554)
De venda – Posição Vendida	11.821.705	(436.180)	(734.738)	8.397.037	(168.309)	(98.931)
Moeda estrangeira	8.242.413	(355.274)	(614.267)	6.142.250	(111.633)	(60.366)
Opções Flexíveis	2.026.142	(40.290)	(88.821)	2.129.287	(51.319)	(29.255)
Ações	1.553.150	(40.616)	(31.650)	125.500	(5.357)	(9.310)
Contratos de Swaps^{(1) (2)}						
Posição Ativa	18.379.013	1.820.111	1.610.056	18.511.827	1.716.859	1.570.371
DI	12.054.259	479.026	553.782	12.756.083	249.039	377.992
Moeda estrangeira	1.556.681	688.525	517.743	1.977.587	949.677	790.663
Pré-fixado	674.198	65.261	54.728	938.579	36.443	8.886
ÍPCA	3.312.944	349.413	234.809	2.301.378	216.788	120.353
IGPM	360.500	101.849	96.373	362.000	91.019	79.267
Libor	320.580	135.882	142.324	154.133	173.887	191.216
Outros	99.851	155	10.297	22.067	6	1.994
Posição Passiva	7.217.035	(1.090.882)	(1.020.390)	10.003.941	(1.427.146)	(1.394.212)
DI	1.208.126	(49.228)	(119.192)	1.947.021	(27.713)	(249.082)
Moeda estrangeira	2.213.991	(459.696)	(361.159)	4.968.147	(820.265)	(723.891)
Pré-fixado	431.032	(2.464)	(54.999)	58.571	(72)	(29)
ÍPCA	3.223.886	(505.961)	(410.865)	2.641.604	(412.780)	(253.605)
IGPM	130.000	(73.507)	(73.741)	170.000	(81.020)	(78.827)
Libor	-	-	-	218.598	(85.296)	(88.778)
Outros	10.000	(26)	(434)	-	-	-
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	2.085.557	206.809	216.928	2.389.962	326.824	354.192
<i>Non Deliverable Forward⁽¹⁾</i>	1.972.857	198.378	207.990	2.376.944	326.782	354.147
Derivativos de crédito	112.700	8.431	8.938	13.018	42	45
Posição Passiva	2.377.913	(157.390)	(170.605)	2.689.617	(75.714)	(120.217)
<i>Non Deliverable Forward⁽¹⁾</i>	1.715.958	(138.670)	(146.713)	1.963.324	(53.907)	(72.677)
Derivativos de crédito	661.955	(18.720)	(23.892)	726.293	(21.807)	(47.540)

(1) O valor de mercado das operações de swap, opções e non deliverable forward contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

(2) Contempla os swaps contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. No período findo em 31 de março de 2016, o ajuste a valor de mercado foi positivo de R\$ 19.863 (em 31 de dezembro de 2015 foi positivo em R\$ 56.253).

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2016	31.12.2015
Contratos futuros	20.536.208	22.053.239	11.082.650	43.866.482	97.538.579	83.770.660
Contratos a termo	281.210	3.861	-	-	285.071	5.088
Contratos de opções	16.130.816	24.307.154	8.091.423	12.084.325	60.613.718	44.159.436
Contratos de swaps	1.642.270,00	7.162.920,00	2.687.741	14.103.117	25.596.048	28.515.768
Derivativos de crédito	-	5.933	-	768.722	774.655	739.311
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	999.293	1.724.237	788.778	176.507	3.688.815	4.340.268

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 31.03.2016)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	<i>Non Deliverable Forward</i>
Bolsa de valores	97.538.579	-	48.362.527	-	-	-
Balcão	-	285.071	12.251.191	25.596.048	774.655	3.688.815
Instituições financeiras	-	285.071	6.380.056	17.655.969	774.655	91.475
Cliente	-	-	5.871.135	7.940.079	-	3.597.340

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.03.2016			31.12.2015		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito						
Risco recebido	347.587	(18.677)	(22.909)	348.831	(21.738)	(46.203)
Risco transferido	427.068	8.388	7.955	390.480	(27)	(1.292)
Por indexador						
Posição Ativa – Pré-fixado	112.700	8.431	8.938	13.018	42	45
Posição Passiva – Pré-fixado	661.955	(18.720)	(23.892)	726.293	(21.807)	(47.540)

A carteira de derivativos de crédito é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 9.918 (R\$ 9.552 em 31 de dezembro de 2015).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	31.03.2016	31.12.2015
Letras Financeiras do Tesouro	549.026	13.210
Notas do Tesouro Nacional	1.322.863	1.420.010
Letras do Tesouro Nacional	482.025	1.679.865
Outros	51.742	203.758
Total	2.405.656	3.316.843

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Hedge de risco de mercado

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado.

	31.03.2016	31.12.2015
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	3.553.113	9.154.356
Futuro	3.492.794	9.088.434
Swap	60.319	65.922
Passivo	26.467.202	30.176.896
Futuro	26.467.202	30.176.896
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	23.152.330	26.049.354
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.535.969	3.443.442
Títulos e Valores Mobiliários	4.377.544	6.009.320
Operações de Crédito	15.238.817	16.596.592
Passivo	3.542.787	9.091.821
Obrigações por TVM no Exterior	-	5.085.442
Dívida Subordinada	3.542.787	4.006.379

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na BM&FBOVESPA.

A parcela efetiva, no montante de R\$ 4.158, é reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ 2 é reconhecida na Demonstração de Resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

	31.03.2016	31.12.2015
Hedge de Fluxo de Caixa		
Instrumentos de Hedge		
Passivo	220.210	-
Futuro	220.210	-
Itens Objeto de Hedge		
Passivo	223.585	-
Obrigações por Letras Financeiras	21.187	-
Dívida Subordinada	202.398	-

Os vencimentos das operações objeto do hedge de fluxo de caixa, em 31 de março de 2016, são:

Vencimentos	Saldo contábil
Janeiro/2019	21.187
Janeiro/2020	67.306
Outubro/2021	135.092
Total Objeto de Hedge de Fluxo de Caixa	223.585

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	(350.617)	(1.794.795)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	385.479	1.700.756
Efeito Líquido	34.862	(94.039)
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	1.430.488	1.003.121
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(1.440.646)	(984.608)
Efeito Líquido	(10.158)	18.513

As perdas líquidas dos efeitos fiscais relativas ao *Hedge* de Fluxo de Caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 452.

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	31.03.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações de termo	284.671	-	5.127	-
Mercado de opções	502.445	334.799	661.195	14.909
Contratos de swaps	517.342	1.072.851	341.804	1.172.314
Derivativos de créditos	19	8.919	45	-
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira.	194.170	13.820	290.982	63.165
Total	1.498.647	1.430.389	1.299.153	1.250.388
Passivo				
Operações de termo	(284.662)	-	(5.088)	-
Mercado de opções	(577.024)	(723.785)	(1.384.884)	(9.981)
Contratos de swaps	(152.885)	(867.505)	(363.879)	(1.030.333)
Derivativos de créditos	-	(23.892)	-	(47.540)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(129.568)	(17.145)	(51.674)	(21.003)
Total	(1.144.139)	(1.632.327)	(1.805.525)	(1.108.857)

d.9) Resultado de instrumentos financeiros derivativos

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
<i>Swap</i>	543.841	(70.749)
Termo	88	3.562
Opções	35.842	(430.084)
Futuro	(686.156)	869.621
Derivativos de crédito	19.117	(3.805)
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	469.804	(40.238)
Box de Opções	-	(212)
<i>Non Deliverable Forward</i>	(115.301)	211.013
Total	267.235	539.108

d.10) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de <i>hedge</i>			Instrumentos de <i>hedge</i>		
	31.03.2016	Ganho /(Perda) não realizado	31.12.2015	Derivativo	31.03.2016	31.12.2015
	Valor de mercado		Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
<i>Hedge</i> de Op. compromissadas/ taxas pré-fixadas	3.535.969	1.910	3.443.442	Futuro DI	3.449.026	4.584.069
<i>Hedge</i> de Tit. e valores mobiliários / taxa pré-fixada	4.377.544	-	6.009.320	Swap	4.381.719	6.020.277
<i>Hedge</i> de Operações de crédito / taxa pré-fixada / variação cambial	15.238.817	155.425	16.596.592	Futuro DI	12.221.607	13.305.967
				Futuro DDI	2.218.016	2.496.538
				Futuro Libor	618.510	748.012
<i>Hedge</i> de Obrigações por TVM no exterior / variação cambial	-	-	5.085.442	Futuro DDI	-	5.089.518
<i>Hedge</i> de Dívida Subordinada / variação cambial / IGP-M	3.542.787	(250.797)	4.006.379	Futuro DDI	3.492.794	3.998.916
				Swap	356.539	338.261
<i>Hedge</i> de Obrigações por Letras Financeiras e Dívida Subordinada / Fluxo de caixa / taxa pré-fixada	223.585	-	-	Futuro DI	220.210	-

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	31.03.2016	31.12.2015
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	392.130	20.232
Depósitos a vista	11.814	17.596
Recursos a Prazo	377.781	-
Operações de microfinanças	2.535	2.636
Total	392.130	20.232
Ativo circulante	392.130	20.232

b) Resultado das aplicações compulsórias

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	3.040	-
Exigibilidade sobre recursos a prazo	3.040	-
Total	3.040	-

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	31.03.2016	31.12.2015
Operações de crédito	46.202.953	47.515.822
Empréstimos e títulos descontados	8.794.175	9.262.464
Financiamentos	21.756.844	23.303.591
Financiamentos rurais e agroindustriais	487.443	458.207
Financiamentos imobiliários	428.025	469.075
Operações de crédito vinculadas às cessões ⁽¹⁾	14.736.466	14.022.485
Outros Créditos	2.300.868	3.274.626
Operações com cartão de crédito	751.893	769.792
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽²⁾	385.690	593.551
Avais e fianças honrados	21.786	197.497
Títulos e Créditos a Receber com características de concessão de crédito	1.141.499	1.713.786
Operações de Arrendamento Mercantil	158.894	193.312
Total da Carteira de Crédito	48.662.715	50.983.760
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.045.889)	(4.152.135)
(Provisão para operações de crédito)	(2.949.638)	(3.270.671)
(Provisão para outros créditos)	(78.472)	(854.729)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(17.779)	(26.735)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	45.616.826	46.831.625

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações.

b) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Operações de Crédito	1.551.652	2.341.248
Empréstimos e títulos descontados	525.210	488.956
Financiamentos	858.322	1.648.171
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.971	9.278
Financiamentos imobiliários	17.388	13.977
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	134.912	155.815
Financiamentos em moedas estrangeiras	1.460	14.090
Avais e fianças honrados	302	660
Outras	4.087	10.301
Arrendamento Mercantil (Nota 8h)	9.670	29.147
Total ⁽¹⁾	1.561.322	2.370.395

⁽¹⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil do Consolidado, no primeiro trimestre de 2016, totalizariam R\$ 2.602.754 (R\$ 3.350.337 no primeiro trimestre de 2015).

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Carteira de crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.03.2016	%	31.12.2015	%
Setor Público	602.800	1,24%	705.295	1,38%
Governo	602.800	1,24%	705.295	1,38%
Administração pública	602.800	1,24%	705.295	1,38%
Setor Privado	47.904.058	98,76%	50.522.628	98,62%
Pessoa Física	33.217.090	68,48%	33.764.187	65,91%
Pessoa Jurídica	14.686.968	30,28%	16.758.441	32,71%
Agronegócio de origem animal	339.689	0,70%	339.346	0,66%
Agronegócio de origem vegetal	374.328	0,77%	373.637	0,73%
Atividades específicas da construção	415.359	0,86%	438.540	0,86%
Automotivo	204.363	0,42%	217.740	0,43%
Comércio atacadista e indústrias diversas	4.801.528	9,90%	5.634.465	11,00%
Comércio varejista	1.200.521	2,47%	1.153.163	2,25%
Construção pesada	56.733	0,12%	651.076	1,27%
Eletr eletrônico	1.751	0,01%	1.676	0,01%
Energia elétrica	609.445	1,26%	623.897	1,22%
Imobiliário	377.786	0,78%	394.731	0,77%
Instituições e serviços financeiros	134.390	0,28%	241.033	0,47%
Madeireiro e moveleiro	17.185	0,04%	19.617	0,04%
Mineração e metalurgia	350.070	0,72%	320.343	0,63%
Papel e celulose	553.525	1,14%	672.619	1,31%
Químico	1.157.093	2,39%	1.251.800	2,44%
Serviços	1.864.933	3,84%	2.209.689	4,31%
Telecomunicações	77.657	0,16%	91.287	0,18%
Têxtil e confecções	141.917	0,29%	148.290	0,29%
Transportes	1.529.168	3,15%	1.533.474	2,99%
Demais atividades	479.527	0,98%	442.018	0,85%
Total	48.506.858	100,00%	51.227.923	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽¹⁾	155.857		(244.163)	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	48.662.715		50.983.760	

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

d) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2016	31.12.2015
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	3.980.822	23.340.777	6.858.247	7.154.138	1.020.652	159.383	173.446	253.556	252.212	43.193.233	45.668.593
01 a 30	290.443	1.449.710	258.665	267.024	34.790	9.280	4.473	3.861	7.744	2.325.990	2.789.174
31 a 60	384.014	1.158.753	368.748	268.391	300.656	8.101	4.299	5.118	12.145	2.510.225	2.326.628
61 a 90	135.189	1.301.643	345.648	269.960	17.115	7.212	4.300	4.475	10.593	2.096.135	1.911.463
91 a 180	523.186	3.068.864	1.040.392	733.230	82.817	20.230	12.101	10.652	26.846	5.518.318	5.623.533
181 a 360	352.249	4.910.387	1.257.023	1.273.940	109.006	35.799	21.286	17.507	33.984	8.011.181	8.690.360
Acima de 360	2.295.741	11.451.420	3.587.771	4.341.593	476.268	78.761	126.987	211.943	160.900	22.731.384	24.327.435
Parcelas Vencidas	-	866.417	37.569	93.640	2.492	1.171	455	254	6.214	1.008.212	796.789
Até 14 dias	-	866.417	37.569	93.640	2.492	1.171	455	254	6.214	1.008.212	796.789
Subtotal	3.980.822	24.207.194	6.895.816	7.247.778	1.023.144	160.554	173.901	253.810	258.426	44.201.445	46.465.382
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	559.752	788.295	323.382	268.165	178.443	148.894	820.997	3.087.928	2.978.961
01 a 30	-	-	75.965	81.199	37.354	20.924	13.652	11.544	53.317	293.955	183.571
31 a 60	-	-	30.036	68.806	21.193	13.096	10.429	8.585	38.157	190.302	164.784
61 a 90	-	-	28.221	37.960	44.519	12.149	8.017	9.726	42.369	182.961	164.992
91 a 180	-	-	76.479	109.150	47.694	70.666	44.984	42.940	103.225	495.138	423.998
181 a 360	-	-	118.364	177.481	74.343	48.430	37.510	30.417	277.314	763.859	663.686
Acima de 360	-	-	230.687	313.699	98.279	102.900	63.851	45.682	306.615	1.161.713	1.377.930
Parcelas Vencidas ⁽¹⁾	-	-	70.261	157.333	122.856	92.433	70.465	97.727	606.410	1.217.485	1.783.580
De 0 a 14	-	-	1.916	32.586	16.423	8.187	6.743	8.084	21.326	95.265	103.040
15 a 30	-	-	64.555	41.524	26.223	8.142	6.030	16.749	39.006	202.229	289.795
31 a 60	-	-	3.790	76.059	31.601	37.712	13.030	22.009	51.884	236.085	249.092
61 a 90	-	-	-	5.265	39.894	15.718	12.333	11.128	59.433	143.771	137.927
91 a 180	-	-	-	1.899	8.715	20.180	29.126	36.372	152.354	248.646	437.251
181 a 360	-	-	-	-	-	2.494	3.203	3.385	272.620	281.702	559.114
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	9.787	9.787	7.361
Subtotal	-	-	630.013	945.628	446.238	360.598	248.908	246.621	1.427.407	4.305.413	4.762.541
Total	3.980.822	24.207.194	7.525.829	8.193.406	1.469.382	521.152	422.809	500.431	1.685.833	48.506.858	51.227.923
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽²⁾										155.857	(244.163)
										48.662.715	50.983.760

⁽¹⁾ Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Para as operações do atacado, a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso também se aplica, conforme avaliação interna.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	31.03.2016			31.12.2015				
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
AA	0,0%	3.980.822	-	-	-	4.181.166	-	-	-
A	0,5%	24.207.194	(121.036)	(352)	(121.388)	24.878.818	(124.395)	(838)	(125.233)
B	1,0%	7.525.829	(75.258)	(1.666)	(76.924)	8.029.925	(80.298)	(7.969)	(88.267)
C	3,0%	8.193.406	(245.802)	(21.129)	(266.931)	8.393.910	(251.817)	(37.128)	(288.945)
D	10,0%	1.469.382	(146.938)	(18.224)	(165.162)	1.505.541	(150.553)	(32.970)	(183.523)
E	30,0%	521.152	(156.346)	(3.273)	(159.619)	606.496	(181.949)	(9.814)	(191.763)
F	50,0%	422.809	(211.405)	(3.200)	(214.605)	434.228	(217.115)	(6.302)	(223.417)
G	70,0%	500.431	(350.302)	(5.125)	(355.427)	918.587	(643.011)	(128.724)	(771.735)
H	100,0%	1.685.833	(1.685.833)	-	(1.685.833)	2.279.252	(2.279.252)	-	(2.279.252)
Total		48.506.858	(2.992.920)	(52.969)	(3.045.889)	51.227.923	(3.928.390)	(223.745)	(4.152.135)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado ⁽¹⁾		155.857				(244.163)			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de Mercado		48.662.715				50.983.760			

⁽¹⁾ Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Saldo inicial	4.152.135	4.033.543
Reforço / (reversão)	108.948	688.681
Provisão mínima requerida	279.724	688.681
Provisão adicional	(170.776)	-
Baixas para prejuízo	(1.215.194)	(577.763)
Saldo final	3.045.889	4.144.461

g) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	31.03.2016	31.12.2015
Até 1 ano ⁽¹⁾	135.084	165.984
De 1 a 5 anos	24.288	28.291
Total Valor Presente⁽²⁾	159.372	194.275

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

⁽²⁾ Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

h) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Receitas de Arrendamento Mercantil	60.074	313.649
Arrendamento financeiro	42.818	109.688
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.051	7.742
Lucro na alienação de bens arrendados	11.205	196.219
Despesas de Arrendamento Mercantil	(50.404)	(284.502)
Arrendamento financeiro	(50.404)	(284.502)
Total	9.670	29.147

i) Concentração das Operações de Crédito

	31.03.2016	% da carteira	31.12.2015	% da carteira
Maior devedor	1.123.492	2,31%	1.214.226	2,38%
10 Maiores devedores	4.490.492	9,23%	4.862.267	9,54%
20 Maiores devedores	6.096.990	12,53%	6.569.802	12,89%
50 Maiores devedores	8.918.673	18,33%	9.760.914	19,15%
100 Maiores devedores	11.228.979	23,08%	12.482.182	24,48%

j) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No trimestre findo em 31 de março de 2016, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 854 (R\$ 62.661 no trimestre findo em 31 de março de 2015), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 3.340 (R\$ 7.327 no trimestre findo em 31 de março de 2015), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de março de 2016 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 3.920 (R\$ 7.260 em 31 de dezembro de 2015), registrados na rubrica Outras obrigações – Diversas – Provisão para perdas – Outros Riscos.

Saldo das coobrigações com cessões de crédito	31.03.2016	31.12.2015
Instituições financeiras - Partes relacionadas	140.065	276.235
Total	140.065	276.235

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.03.2016		31.12.2015	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	14.736.466	16.538.231	14.022.485	15.676.940
⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outras obrigações – Diversas – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 18d).				

No Conglomerado, no trimestre findo em 31 de março de 2016, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 1.041.432 (R\$ 979.942 no trimestre findo em 31 de março de 2015) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 771.292 (R\$ 721.654 no trimestre findo em 31 de março de 2015).

Na controlada BV Financeira, no trimestre findo em 31 de março de 2016, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 702.364 (R\$ 233.755 no trimestre findo em 31 de março de 2015), sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 18.300 (R\$ 7.220 no trimestre findo em 31 de março de 2015), reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados".

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

l) Informações Complementares

	31.03.2016	31.12.2015
Créditos contratados a liberar	1.492.139	1.569.173
Garantias prestadas	7.845.685	9.362.459

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Montante de créditos aditados/renegociados	839.983	1.306.128
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo ⁽¹⁾	140.963	166.121

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

9. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.03.2016	31.12.2015
Ativo fiscal diferido – Crédito Tributário (Nota 22e)	7.273.462	7.833.099
Devedores por depósitos em garantia (Nota 25c)	1.226.580	1.169.861
Operações com cartão de crédito (Nota 8a)	751.893	769.792
Títulos e Créditos a Receber - Op. em recuperação judicial homologada	16.379	600.882
Títulos e créditos a receber	1.125.120	1.112.904
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	201.531	88.562
Impostos e contribuições a compensar	113.195	253.918
Impostos e contribuições a recuperar	-	31
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	16.811	19.104
Devedores diversos - no País	72.489	65.601
Valores a receber de sociedades ligadas	-	2.668
Adiantamentos e antecipações salariais	3.405	4.030
Outros	14.064	51.983
Total	10.814.929	11.972.435

Ativo circulante	4.036.932	4.601.484
Ativo não circulante	6.777.997	7.370.951

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	31.03.2016	31.12.2015
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	1.240.632	1.562.382
Direitos sobre vendas de câmbio	566.558	631.864
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(9.762)	(18.200)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	11.438	16.504
Total	1.808.866	2.192.550
Ativo circulante	1.808.866	2.192.550
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(563.659)	(623.601)
Obrigações por compras de câmbio	(1.264.761)	(1.460.187)
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	367.800	550.478
Total	(1.460.620)	(1.533.310)
Passivo circulante	(1.460.620)	(1.533.310)
Carteira líquida de câmbio	348.246	659.240
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	35.065	13.826

b) Resultado de Operações de Câmbio

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Rendas de câmbio	688.139	614.010
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	2.564
Despesas de câmbio	(889.264)	(381.967)
Resultado de operações de câmbio	(201.125)	234.607

11. OUTROS VALORES E BENS

	31.03.2016	31.12.2015
Bens não de Uso Próprio	280.499	262.421
Veículos e afins	99.991	79.233
Imóveis	159.943	180.630
Bens em regime especial	18.672	1.561
Máquinas e equipamentos	1.893	997
Material em Estoque	862	923
Subtotal	281.361	263.344
(Provisão para desvalorização)	(46.717)	(45.457)
Despesas Antecipadas	360.710	407.703
Despesas de seguros	2.354	1.844
Despesas de processamento de dados	9.200	3.527
Comissões por intermediação de operações ⁽¹⁾	333.322	388.476
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.235	2.651
Despesas de serviços técnicos especializados	5.729	1.417
Direito de usufruto de ações	4.304	6.167
Outras	3.566	3.621
Total	595.354	625.590
Ativo circulante	274.112	250.920
Ativo não circulante	321.242	374.670

⁽¹⁾ Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos incorridos na sua originação.

As comissões sobre operações de crédito originadas a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, tiveram remuneração dos correspondentes parcialmente reconhecidas no ativo, equivalente ao montante de R\$ 169.086 (R\$ 170.112 em 31 de dezembro de 2015). No trimestre findo em 31 de março de 2016, foi reconhecida despesa no montante de R\$ 53.093 (R\$ 31.975 no trimestre findo em 31 de março de 2015) referente ao reconhecimento antecipado da remuneração de correspondentes, registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

12. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Controladas

	Saldo contábil	Movimentações 1º Trimestre/2016		Saldo contábil	Resultado equivalência
	31.12.2015	Dividendos	Resultado equivalência	31.03.2016	1º Trimestre/2015
No País	255.969	(150.853)	42.579	147.695	37.626
Não consolidadas	255.969	(150.853)	42.579	147.695	37.626
Votorantim Corretora de Seguros S.A..	215.022	(149.259)	38.631	104.394	35.535
BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A	36.355	(1.594)	3.410	38.171	2.098
Promotiva S.A ⁽¹⁾	4.592	-	538	5.130	(7)
Total das participações em controladas	255.969	(150.853)	42.579	147.695	37.626

⁽¹⁾ Atual denominação da BV Promotora S.A.

b) Outros Investimentos

	31.03.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	115.398	115.398
Títulos patrimoniais	176	176
Ações e cotas	6	6
Outros	132	132
Total	115.712	115.712
(Imparidade acumulada)	(47.359)	(47.232)

13. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2015	1º Trimestre/2016		31.03.2016		Saldo contábil
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	
Instalações	47.911	2.543	(2.238)	72.465	(24.249)	48.216
Móveis e equipamentos de uso	23.264	(207)	(855)	54.478	(32.276)	22.202
Sistema de comunicação	3.544	(17)	(1.373)	13.900	(11.746)	2.154
Sistema de processamento de dados	21.207	6.125	(2.452)	112.395	(87.515)	24.880
Sistema de segurança	903	(2)	(759)	2.400	(2.258)	142
Sistema de transporte	296	(5)	(30)	1.278	(1.017)	261
Total	97.125	8.437	(7.707)	256.916	(159.061)	97.855

14. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2015	1º Trimestre/2016				31.03.2016			Saldo contábil
	Saldo contábil	Aquisição	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo	Amortização Acum.	Imparidade acumulada	
SISBEX BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	200	-	(200)	-
Software adquiridos	13.989	1.332	(576)	(1.228)	(153)	31.109	(10.554)	(7.191)	13.364
Licenças de uso	48.327	3.500	-	(4.259)	-	89.188	(41.620)	-	47.568
Acordos por direitos de comercialização	835	-	-	(188)	-	5.000	(4.353)	-	647
Softwares desenvolvidos internamente	22.200	5.960	(800)	(161)	-	53.787	(8.976)	(17.612)	27.199
Total	85.351	10.792	(1.376)	(5.836)	(153)	179.284	(65.503)	(25.003)	88.778

b) Estimativa de Amortização

	2016	2017	2018	2019	A partir de 2020	Total
Valores a amortizar	21.649	25.146	23.007	12.681	6.295	88.778

15. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	31.03.2016	31.12.2015
Depósitos à Vista	77.682	81.331
Pessoas físicas	15.324	12.532
Pessoas jurídicas	62.317	68.758
Vinculados	41	41
Depósitos Interfinanceiros	2.086.261	1.932.502
Depósitos a Prazo	2.326.780	2.192.045
Moeda nacional	1.887.800	2.109.148
Moeda estrangeira	438.980	82.897
Total	4.490.723	4.205.878
Passivo circulante	3.007.309	2.627.146
Passivo não circulante	1.483.414	1.578.732

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.03.2016	31.12.2015
Depósitos à vista	77.682	-	-	-	-	-	77.682	81.331
Depósitos interfinanceiros	-	165.932	738.168	77.224	28.748	1.076.189	2.086.261	1.932.502
Depósitos a prazo	-	589.232	1.436.295	274.451	18.605	8.197	2.326.780	2.192.045
Total	77.682	755.164	2.174.463	351.675	47.353	1.084.386	4.490.723	4.205.878

c) Captações no Mercado Aberto

	31.03.2016	31.12.2015
Carteira Própria	28.537.435	27.041.174
Títulos privados – Debêntures ⁽¹⁾	16.737.853	17.926.765
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.031
Letras do Tesouro Nacional	7.036.908	5.133.719
Notas do Tesouro Nacional	3.903.275	3.121.013
Títulos privados - Outros	859.399	855.646
Carteira de Terceiros	6.755.198	4.713.636
Letras do Tesouro Nacional	1.431.236	696.198
Notas do Tesouro Nacional	5.323.962	4.017.438
Carteira de Livre Movimentação	1.360.025	1.045.112
Total	36.652.658	32.799.922
Passivo circulante	35.974.649	32.050.247
Passivo não circulante	678.009	749.675

⁽¹⁾ Inclui operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas ligadas.

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Despesas de Captações com Depósitos	(122.692)	(106.143)
Depósitos a prazo	(60.862)	(64.294)
Depósitos interfinanceiros	(61.830)	(41.849)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(1.202.988)	(789.723)
Carteira própria	(843.577)	(643.909)
Carteira de terceiros	(271.766)	(137.330)
Carteira de livre movimentação	(87.645)	(8.484)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(749.246)	(1.412.872)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(11.904)	(10.775)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(97.771)	(73.957)
Letras financeiras	(622.692)	(503.811)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(14.736)	(821.175)
Debêntures	(33)	(81)
Certificado de Operações Estruturadas	-	(1.023)
Outras	(2.110)	(2.050)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	228.162	(845.559)
Total ⁽¹⁾	(1.846.764)	(3.154.297)

⁽¹⁾ Contempla o resultado com variação cambial.

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	31.03.2016	31.12.2015
No exterior	565.373	2.683.517	138.486	71.177	3.458.553	4.227.975
Tomados junto a banqueiros no exterior	544.935	2.682.842	138.486	71.177	3.437.440	4.143.258
Exportação	17.596	-	-	-	17.596	72.768
Importação	2.842	675	-	-	3.517	11.949
Total	565.373	2.683.517	138.486	71.177	3.458.553	4.227.975
Passivo circulante					3.248.890	4.090.964
Passivo não circulante					209.663	137.011

b) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	31.03.2016	31.12.2015
Tesouro Nacional		89.587	77.688
Pré-fixado	de 5,50% a 10,50% a.a.	81.903	77.069
Pós-fixado	Selic	7.684	619
BNDES		1.505.124	1.581.840
Pré-fixado	de 0,70% a 9,50% a.a.	556.507	568.262
Pós-fixado	de 7,02% a 10,01% a.a. + IPCA de 0,90% a 4,00% a.a. + TJLP de 1,70% a 2,50% a.a. + Selic	881.668	934.406
Com variação cambial	de 1,30% a 3,00% a.a. + variação cambial	66.949	79.172
FINAME		1.978.586	2.005.705
Pré-fixado	de 0,30% a 18,96% a.a.	1.894.457	1.910.245
Pós-fixado	de 0,50% a 5,50% a.a. + TJLP de 1,70% a 2,18% a.a. + Selic	83.335	94.560
Com variação cambial	1,70% a.a. + variação cambial	794	900
Total		3.573.297	3.665.233
Passivo circulante		859.377	878.211
Passivo não circulante		2.713.920	2.787.022

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Resultado de Obrigações por Empréstimos	252.831	(8.139)
Resultado de Obrigações por Repasses	(46.352)	(64.548)
Tesouro Nacional	(1.717)	(1.784)
BNDES	(23.862)	(50.434)
FINAME	(20.773)	(12.330)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior	56.199	(328.653)
Total ⁽¹⁾	262.678	(401.340)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

Banco Votorantim S.A.
 Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
 Trimestre findo em 31 de março de 2016
 Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.03.2016	31.12.2015
Debêntures						605	571
Pós-fixado	R\$	380	100,00% do DI	abr/11	abr/16	605	571
Letras de Crédito Imobiliário						394.186	389.439
Pré-fixado	R\$	13.746	11,85% a 14,82% a.a.	nov/14	jan/21	15.214	14.812
Pós-fixado	R\$	343.849	89,00% a 100,00% do DI	abr/14	fev/20	371.152	367.118
Pós-fixado	R\$	7.035	4,93% a 6,27% a.a. + IPCA	fev/15	set/18	7.820	7.509
Letras de Crédito do Agronegócio						3.011.243	3.175.519
Pré-fixado	R\$	92.174	11,79% a 16,31% a.a.	nov/14	jan/21	98.604	94.434
Pós-fixado	R\$	2.628.383	87,00% a 98,50% do DI	dez/07	fev/22	2.864.722	3.035.283
Pós-fixado	R\$	43.737	4,52% a 6,52% a.a. + IPCA	fev/15	jan/21	47.917	45.802
Letras Financeiras						14.106.889	13.633.973
Pré-fixado	R\$	299.326	9,24% a 18,01% a.a.	ago/12	fev/24	356.675	391.883
Pós-fixado	R\$	11.285.031	104,00% a 112,02% do DI	jun/11	abr/19	13.218.002	12.746.766
Pós-fixado	R\$	385.538	4,04% a 8,31% a.a. + IPCA	jan/12	set/21	519.238	483.191
Pós-fixado	R\$	10.300	5,78% a.a. + IGPM	jun/14	mar/19	12.974	12.133
Obrigações por TVM no Exterior						3.346.776	8.123.303
Pré-fixado	R\$	1.627.610	6,25% a 19,77% a.a.	out/09	jul/20	1.117.828	1.158.483
Pós-fixado	R\$	1.029	101,40% do DI	fev/12	fev/17	1.553	11.272
Com variação cambial	USD	647.062	0,50% a 6,60% a.a. + variação cambial	set/06	jun/20	2.226.222	6.948.425
Com variação cambial	EUR	290	No Coupon + variação cambial	dez/15	jun/16	1.173	5.123
Total						20.859.699	25.322.805
Passivo circulante						11.660.970	15.483.086
Passivo não circulante						9.198.729	9.839.719

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.03.2016	31.12.2015
Obrigações legais (Nota 25d)	11.146	9.686
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	527.029	515.597
Provisão para demandas fiscais (Nota 25a)	43.303	45.724
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	18.399	257.787
Impostos e contribuições a recolher	89.494	80.660
Passivo fiscal diferido (Nota 22d)	75.664	258.671
Total	765.035	1.168.125
Passivo circulante	182.925	595.021
Passivo não circulante	582.110	573.104

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	31.03.2016	31.12.2015
Nota Subordinada					3.192.124	3.652.280
Com variação cambial	USD 812.048	7,38% a.a. + variação cambial	jan/13	jan/20	3.192.124	3.652.280
Letras Financeiras Subordinadas					2.517.248	2.393.656
Pré-fixado	30.000	17,98% a.a.	fev/16	fev/22	30.823	5.558
Pós-fixado	1.470.200	de 1,28% a 1,91% a.a. + CDI de 115,00% a 119,00% do DI	nov/10	mar/23	1.558.160	1.506.957
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	mai/11	out/17	339.978	318.754
Pós-fixado	335.681	de 7,00% a 8,64% a.a. + IPCA	mai/11	set/22	588.287	562.387
Total					5.709.372	6.045.936
Passivo circulante					601.468	576.404
Passivo não circulante					5.107.904	5.469.532

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	31.03.2016	31.12.2015
Letras Financeiras Subordinadas					938.951	881.642
Pós-fixado	436.781	de 1,72% a 2,16% a.a. + CDI de 111,00% a 119,00% do DI	jan/14	jan/23	552.033	530.061
Pós-fixado	266.092	7,32% a 9,31% a.a. + IPCA	nov/13	mai/30	340.968	312.809
Pré-fixado	40.310	14,52% a.a. a 17,63% a.a.	abr/15	mai/22	45.950	38.772
Total					938.951	881.642
Passivo não circulante					938.951	881.642

d) Diversas

	31.03.2016	31.12.2015
Obrigações de operações vinculadas a cessões ⁽¹⁾	16.538.231	15.676.940
Obrigações por aquisição de bens e direitos	328	209
Provisão para pagamentos a efetuar	463.919	533.225
Provisões para demandas cíveis (Nota 25a)	316.795	300.598
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 25a)	953.198	909.712
Credores diversos – no exterior	1.750	2.158
Provisão para perdas – Fianças não honradas	70.160	64.704
Provisão para perdas – Outros riscos	245.820	257.709
Credores diversos – no País	358.625	398.072
Operações com cartão de crédito	746.601	784.032
Outras	22	34
Total	19.695.449	18.927.393
Passivo circulante	10.927.170	10.478.203
Passivo não circulante	8.768.279	8.449.190

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Administração de fundos de investimentos	23.238	22.233
Cobrança	548	824
Comissões sobre colocação de títulos	16.673	10.554
Corretagens de operações em Bolsa	4.643	3.666
Rendas de serviços de custódia	998	565
Rendas de garantias prestadas	35.573	37.683
Transações de cartão de crédito	18.425	15.855
Comissão de corretagem de seguros	3.923	4.125
Assessoria financeira	4.956	1.522
Prestados a ligadas	5.580	5.708
Outros Serviços	3.270	7.789
Total	117.827	110.524

b) Rendas de tarifas bancárias

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Confecção de cadastro	71.433	68.585
Transferência de recursos	94	101
Avaliação de bens	44.640	43.808
Rendas de cartão de crédito	22.104	19.343
Outras	417	521
Total	138.688	132.358

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Despesas de Pessoal

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Honorários e Pró labore (Nota 23)	(4.799)	(4.112)
Benefícios	(31.454)	(32.624)
Encargos sociais	(62.709)	(57.080)
Proventos	(109.719)	(126.919)
Demandas trabalhistas	(106.181)	(94.477)
Treinamentos	(423)	(407)
Total	(315.285)	(315.619)

d) Outras Despesas Administrativas

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Água, energia e gás	(1.574)	(1.464)
Aluguéis	(16.862)	(20.353)
Comunicações	(17.312)	(17.629)
Manutenção e conservação de bens	(3.230)	(4.527)
Material	(675)	(501)
Processamento de dados	(40.786)	(45.405)
Promoções e relações públicas	(1.110)	(863)
Propaganda e publicidade	(831)	(566)
Publicações	(826)	(610)
Seguros	(577)	(381)
Serviços do sistema financeiro	(25.959)	(23.701)
Serviços de terceiros	(1.690)	(1.701)
Serviços de vigilância e segurança	(451)	(475)
Serviços técnicos especializados	(90.095)	(85.949)
Transportes	(2.917)	(3.250)
Viagens	(1.669)	(2.398)
Emolumentos judiciais e cartorários	(24.108)	(25.150)
Amortização	(6.495)	(4.856)
Depreciação	(7.707)	(5.016)
Outras	(15.975)	(27.532)
Total	(260.849)	(272.327)

e) Outras Receitas Operacionais

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Recuperação de encargos e despesas	540	311
Variação cambial de investimentos no exterior	-	228.220
Reversão de provisões – demandas cíveis e fiscais	-	31.952
Atualização de depósitos em garantia	25.097	18.450
Variação monetária ativa	2.154	4.093
Ressarcimento de custos associados	32	247
Reversão de provisão para perdas – Outros riscos	11.889	88.232
Reversão de provisão p/ perdas - Fianças não honradas	-	16.913
Reversão de provisão para remuneração variável	89	-
Outras	32.388	27.514
Total	72.189	415.932

f) Outras Despesas Operacionais

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Custos associados a produção - Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(130.618)	(154.879)
Custos associados à produção – Outras despesas	(7.671)	(7.237)
Variação cambial de investimentos no exterior	(149.350)	-
Demandas cíveis e fiscais	(9.820)	-
Indenizações cíveis	(49.200)	(37.461)
Provisão para perdas - Fianças não honradas	(5.456)	-
Despesas de juros (Adesão REFIS)	(11.432)	(9.657)
Outras	(26.801)	(7.906)
Total	(390.348)	(217.140)

⁽¹⁾ Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Receitas não operacionais	12.640	6.462
Lucro na alienação de valores e bens	3.105	4.580
Rendas de aluguéis	740	232
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	3.226	1.650
Outras receitas não operacionais	5.569	-
Despesas não operacionais	(13.074)	(9.441)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(7.520)	(8.275)
Perdas de Capital	(613)	(617)
Desvalorização de outros valores e bens	(4.640)	(535)
Outras despesas não operacionais	(301)	(14)
Total	(434)	(2.979)

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 7.483.754 (7.483.754 em 31 de dezembro de 2015) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2015, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 357.993, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de maio de 2015.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Trimestre/2016				1º Trimestre/2015			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda	(631.644)	539.238	(164.398)	(256.804)	(327.123)	3.957	(973)	(324.139)
Banco Votorantim	(324.509)	280.652	(126.293)	(170.150)	(211.298)	(46.896)	18.758	(239.436)
Agência no exterior	(237.196)	173.909	-	(63.287)	(11.328)	1.524	-	(9.804)
Controladas	(69.939)	84.677	(38.105)	(23.367)	(104.497)	49.329	(19.731)	(74.899)
Hedge de Fluxo de Caixa	-	4.158	(1.871)	2.287	-	-	-	-
Banco Votorantim	-	4.158	(1.871)	2.287	-	-	-	-
Total	(631.644)	543.396	(166.269)	(254.517)	(327.123)	3.957	(973)	(324.139)

22. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Valores correntes	(15.239)	(177.992)
IR e CSLL no País – Corrente	(18.399)	(174.170)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	3.160	(3.822)
Valores Diferidos	(210.355)	259.601
Passivo fiscal diferido	183.010	89.209
Marcação a mercado	177.003	33.562
Superveniência de depreciação	6.007	55.647
Ativo fiscal diferido	(393.365)	170.392
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	240.260	(67.430)
Diferenças temporárias	(291.077)	(50.067)
Marcação a mercado	(342.548)	287.889
Total	(225.594)	81.609

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Resultado antes dos tributos e participações	349.767	92.899
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015) ⁽¹⁾	(157.394)	(37.160)
Resultado de participação em controladas	19.160	13.378
Participação de empregados no lucro	17.083	20.833
Outros Valores	(104.443)	84.558
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(225.594)	81.609

⁽¹⁾ A Medida Provisória n.º 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

c) Despesas Tributárias

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Cofins	(67.350)	(87.622)
ISSQN	(12.231)	(10.826)
PIS	(10.984)	(14.392)
Outras	(5.496)	(4.186)
Total	(96.061)	(117.026)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.03.2016	31.12.2015
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	9.173	15.179
Marcação a mercado	66.491	243.492
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	75.664	258.671
Imposto de Renda	46.112	150.452
Contribuição Social	29.552	108.219

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2015	1º Trimestre/2016	31.03.2016
	Saldo	Movimentação Líquida no Período	Saldo
Diferenças temporárias	6.666.488	(799.897)	5.866.591
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	4.600.610	(391.143)	4.209.467
Provisões Passivas	1.041.019	99.665	1.140.684
Marcação a mercado ⁽¹⁾	998.033	(508.819)	489.214
Outras provisões	26.826	400	27.226
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.166.611	240.260	1.406.871
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.833.099	(559.637)	7.273.462
Imposto de Renda	4.772.429	(297.227)	4.475.202
Contribuição Social	3.060.670	(262.410)	2.798.260

⁽¹⁾ A parcela de R\$ 148.409 (do total de R\$ 489.214) corresponde ao crédito tributário decorrente de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido. Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, registrados em conta de Patrimônio Líquido, no primeiro trimestre de 2016 foi negativa de R\$ 166.269.

Não Ativado

	31.03.2016	31.12.2015
Crédito Tributário no exterior	13.189	11.855
Total dos Créditos Tributários não Ativados	13.189	11.855
Imposto de Renda	8.243	7.409
Contribuição Social	4.946	4.446

Em 31 de março de 2016, o saldo no consolidado não constituído de crédito tributário foi de R\$ 13.189 (R\$ 11.855 em 31 de dezembro de 2015), o qual será registrado quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	1.619.622	1.532.194
Em 2017	1.250.364	1.100.825
Em 2018	1.022.157	836.659
Em 2019	893.683	674.862
Em 2020	1.238.656	863.591
A partir de 2021	1.248.980	615.268
Total de Créditos Tributários	7.273.462	5.623.399

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2016	21%	22%
Em 2017	4%	20%
Em 2018	6%	16%
Em 2019	14%	12%
Em 2020	5%	20%
A partir de 2021	50%	10%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);

23. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Honorários e Pró labore	4.799	4.112
Gratificações	27.612	24.598
Encargos sociais	9.799	8.710
Total	42.210	37.420

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim Participações, sendo deste as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A. que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 3.244.095 (R\$ 3.146.769 no trimestre findo em 31 de março de 2015). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.03.2016						Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras⁽¹⁾	Controladas não financeiras⁽²⁾	Pessoal chave da Administração⁽³⁾	Outras⁽⁴⁾	
Ativos							
Disponibilidades	7.773	-	-	-	-	-	7.773
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	1.890.101	-	16.954.339	-	-	-	18.844.440
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.068	8.929	21.028.023	-	-	1.050.693	22.092.713
Outros créditos	22.081	7.639	143.268	-	1.587	247	174.822
Passivos							
Depósitos à vista	(202)	(1.158)	(3.533)	(251)	(29)	-	(5.173)
Depósitos a prazo	(639)	(18.921)	(6.130)	(269.083)	(364)	-	(295.137)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(6.392.677)	-	-	-	(6.392.677)
Obrigações por operações compromissadas	(256.967)	(992.234)	(6.367.416)	-	(2.290)	(343)	(7.619.250)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(69.336)	(419.293)	-	-	(37.372)	-	(526.001)
Obrigações por empréstimos e repasses	(160.946)	-	-	-	-	-	(160.946)
Instrumentos financeiros derivativos	(18.125)	(17.034)	(991.991)	-	-	-	(1.027.150)
Outras obrigações	(16.679.582)	-	(1.637)	-	-	-	(16.681.219)
1º Trimestre/2016							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	429.346	3.607	1.147.178	-	-	11.930	1.592.061
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(21.921)	(40.936)	(264.497)	(7.931)	(592)	-	(335.877)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31.12.2015						Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	
Ativos							
Disponibilidades	380	-	-	-	-	-	380
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	9.197.180	-	21.113.149	-	-	-	30.310.329
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	486	10.981	19.377.069	-	-	994.974	20.383.510
Outros créditos	4.364	18.345	113.473	34	1.292	232	137.740
Passivos							
Depósitos à vista	(136)	(1.028)	(5.869)	(379)	(81)	-	(7.493)
Depósitos a prazo	(619)	(23.710)	(5.928)	(254.757)	(23)	-	(285.037)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(427.030)	-	-	-	(427.030)
Obrigações por operações compromissadas	(106.738)	(838.137)	(6.854.290)	-	(1.663)	-	(7.800.828)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(66.475)	(422.855)	-	-	(19.132)	-	(508.462)
Obrigações por empréstimos e repasses	(374.965)	-	-	-	-	-	(374.965)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.576)	(1.868)	(9.976.718)	-	-	-	(9.994.162)
Outras obrigações	(15.762.580)	-	(35.125)	(12)	-	-	(15.797.717)
1º Trimestre/2015							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	268.838	7.678	824.811	-	24	17.088	1.118.439
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(2.324)	(12.372)	(12.915)	(7.658)	(264)	-	(35.533)

(1) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº2 identificadas no item (1). Não inclui operações entre as controladas financeiras.

(2) Inclui Promotiva S.A (atual denominação da BVIP – BV Investimentos e Participações S.A.), BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e Votorantim Corretora de Seguros S.A.

(3) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave, bem como todas as empresas em que o pessoal chave possua participação.

(4) Em 2016 inclui BVIA FIP; e para 2015 inclui BVIA FIP, FIDCs I e VI

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No trimestre findo em 31 de março de 2016 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal – Proventos R\$ 56.318 (R\$ 39.504 no trimestre findo em 31 de março de 2015) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

No trimestre findo em 31 de março de 2016, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 116.720, sendo R\$ 41.133 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012, R\$ 64.774 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013 e R\$ 10.813 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2014.

Em 31 de março de 2016, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações – Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 240.193 (R\$ 293.509 em 31 de dezembro de 2015).

Cálculo do valor justo

No trimestre findo em 31 de março de 2016, o Conglomerado concedeu 24.216.157 (72.374.929 em 31 de dezembro de 2015) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2015, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

25. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, o Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Demandas fiscais		
Saldo inicial	45.724	71.557
Constituições	508	73
Reversão da provisão	(1.824)	(20.909)
Baixa por pagamento	(1.653)	-
Atualização monetária	548	1.736
Saldo final	43.303	52.457
Demandas cíveis		
Saldo inicial	300.598	324.968
Constituições	29.525	25.739
Reversão da provisão	(16.885)	(19.256)
Baixa por pagamento	(25.710)	(23.933)
Atualização monetária	29.267	11.565
Saldo final	316.795	319.083
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	909.712	961.854
Constituições	108.032	96.887
Reversão da provisão ⁽¹⁾	(34.074)	(35.027)
Baixa por pagamento ⁽²⁾	(50.786)	(23.162)
Atualização monetária	20.314	28.547
Saldo final	953.198	1.029.099
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.313.296	1.400.639

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a negociações de acordos, revisões de processos e prognósticos de perdas.

⁽²⁾ Referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

Cronograma esperado de desembolsos

	31.03.2016		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	953.198	33.990	316.795
De 5 a 10 anos	-	9.313	-
Total	953.198	43.303	316.795

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.03.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	1.035.044	1.016.785
Demandas Cíveis ⁽²⁾	40.742	40.019
Demandas Trabalhistas ⁽³⁾	1.001.280	1.008.555
Total	2.077.066	2.065.359

(1) Referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 226.136 (R\$ 223.034 em 31 de dezembro de 2015); b) INSS sobre PLR R\$ 52.136 (R\$ 51.514 em 31 de dezembro de 2015); c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 121.840 (R\$ 119.710 em 31 de dezembro de 2015); d) ISS R\$ 11.465 (R\$ 11.139 em 31 de dezembro de 2015); e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 39.755 (R\$ 39.130 em 31 de dezembro de 2015); f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 37.196 (R\$ 36.651 em 31 de dezembro de 2015); g) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 27.377 (R\$ 27.043 em 31 de dezembro de 2015); h) IRPJ/CSLL – Dedução PDD 2008 R\$ 100.428 (R\$ 99.113 em 31 de dezembro de 2015); i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 131.413 (R\$ 127.753 em 31 de dezembro de 2015); j) CSLL – Auto de Infração: Exclusão Indevida na BACEN de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros (Dinamarca, Espanha e Áustria) dos anos de 2009 e 2010, no valor total de contribuição de R\$ 130.058 (principal, multa e juros – R\$ 127.441 em 31 de dezembro de 2015 referente ao ano de 2009); k) IRPJ/CSLL – Auto de Infração: Exclusão indevida de ágio na aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros (ano de 2010) no valor total de R\$ 11.312 de IRPJ e R\$ 9.696 de CSLL (R\$ 11.152 de IRPJ e R\$ 9.908 de CSLL em 31 de dezembro de 2015); l) PerDcomp: impossibilidade de utilização de IRRF exterior s/ remessas exterior como saldo negativo de IRPJ, no valor de R\$ 30.489 (R\$ 29.827 em 31 de dezembro de 2015).

(2) Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

(3) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.03.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais	700.752	682.384
Demandas Cíveis	233.782	222.275
Demandas Trabalhistas	292.046	265.202
Total	1.226.580	1.169.861

d) Obrigações Legais

O Conglomerado mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 11.146 (R\$ 9.686 em 31 de dezembro de 2015) relativo às seguintes ações:

d.1) PIS LC 07/70 – BV Financeira S.A. CFI

A BV Financeira S.A. - CFI impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01.07.1997 até 90 dias após a publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referido processo temos a provisão de R\$ 691 (R\$ 684 em 31 de dezembro de 2015) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

d.2) ISS Sobre Garantias Prestadas – Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Repetição de Indébito, na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco passou a realizar mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se a prolação de Sentença.

Para referido processo temos a provisão de R\$ 7.610 (R\$ 6.215 em 31 de dezembro de 2015) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

d.3) Fator Acidentário de Proteção – FAP – Banco Votorantim S.A., BV Financeira S.A. CFI

Foram ajuizadas Ações Declaratórias visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho – SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção – FAP, a partir de janeiro de 2010.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco e a BV Financeira realizaram depósitos judiciais dos valores discutidos para o ano de 2010, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Posteriormente, o valor passou a ser regularmente recolhido.

Quanto às ações do Banco Votorantim e da CP Promotora, houve sentença julgando improcedente o pedido, bem como, no primeiro caso, extinguindo o processo sem resolução do mérito com relação ao INSS, tendo em vista sua ilegitimidade passiva. Em face das referidas decisões foram interpostos Embargos de Declaração, tendo somente o recurso do Banco sido acolhido apenas para sanar omissão quanto à alegação pontual da União, mantendo-se, contudo, o decreto de improcedência do pedido. Dessa forma, interpuseram-se Recursos de Apelação com o fim de reformar integralmente as Sentenças de primeiro grau, os quais foram recebidos em seu duplo efeito. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Com relação à ação da BV Financeira, após a distribuição da ação, houve sentença que julgou procedente o pedido, concedendo também a tutela antecipada. Entretanto, em que pese à decisão favorável, foi interposto Recurso de Apelação pela Autora para que a matéria fosse apreciada também pelo TRF3, já que o juiz de primeiro grau não apreciou a matéria fático-probatória. Trata-se, portanto, de recurso meramente preventivo, para o caso de o argumento da inconstitucionalidade do FAP ser afastado pelo Tribunal. Atualmente, aguarda-se o julgamento das Apelações interpostas.

Para os referidos processos temos a provisão de R\$ 2.845 (R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2015) registrados na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias – Obrigações Legais.

e) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis intermediárias consolidadas
Trimestre findo em 31 de março de 2016
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	31.03.2016	31.12.2015
PR – Patrimônio de Referência	9.741.968	10.742.263
Nível I	6.586.650	6.686.016
Capital Principal	6.586.650	6.686.016
Patrimônio Líquido	8.080.002	7.616.664
Ajustes Prudenciais	(1.493.352)	(930.648)
Ativos diferidos	(14.107)	(14.767)
Outros	(1.476.756)	(913.229)
Ajustes ao valor de mercado	(2.489)	(2.652)
Nível II	3.155.318	4.056.247
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	3.155.318	4.056.247
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	845.617	834.046
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽¹⁾ ⁽²⁾	2.309.701	3.222.201
Recursos captados no exterior	1.915.590	1.884.476
Recursos captados com CDB	-	272.451
Recursos captados com Letras Financeiras	394.111	1.065.274
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	67.714.404	70.549.049
Risco de Crédito (RWACPAD)	59.714.466	62.926.270
Risco de Mercado (RWAMPAD)	1.983.621	2.842.895
Risco Operacional (RWAOPAD)	6.016.317	4.779.884
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido⁽³⁾	6.686.797	7.760.395
Capital Principal Mínimo Requerido⁽⁴⁾	3.047.148	3.174.707
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido⁽⁵⁾	4.062.864	4.232.943
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	350.536	392.989
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.055.171	2.981.868
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	3.539.502	3.511.308
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	2.523.785	2.453.073
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.704.635	2.588.879
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,73%	9,48%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	9,73%	9,48%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,39%	15,23%

⁽¹⁾ Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.

⁽²⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.

⁽³⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a:

- a. 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
- b. 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
- c. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
- d. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
- e. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽⁴⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	31.03.2016	31.12.2015
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(49.960)	(31.447)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(539.499)	(418.931)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(887.297)	(462.851)
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos	(14.107)	(14.767)
Ajuste Prudencial XV – Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(2.489)	(2.652)
Total	(1.493.352)	(930.648)

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 3,92% (4,68% em 31 de dezembro de 2015), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Limite de imobilização	31.03.2016	31.12.2015
Limite para imobilização	4.870.982	5.371.131
Valor da situação para o limite de imobilização	381.607	503.015
Valor da margem ou insuficiência	4.489.375	4.868.116

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (financial covenants). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 31 de março de 2016 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de filiais e controladas no exterior

	31.03.2016	31.12.2015
Ativo	8.513.285	9.332.919
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	8.431.916	9.234.863
Outras controladas	81.369	98.056
Total do Ativo	8.513.285	9.332.919
Passivo	(7.014.081)	(7.891.914)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(7.005.961)	(7.878.700)
Outras controladas	(8.120)	(13.214)
Patrimônio líquido	(1.499.204)	(1.441.005)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(1.425.955)	(1.356.163)
Outras controladas	(73.249)	(84.842)
Total do Passivo	(8.513.285)	(9.332.919)

	1º Trimestre/2016	1º Trimestre/2015
Lucro/(Prejuízo)	33.642	7.599
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	37.029	7.206
Outras controladas	(3.387)	393

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

* * *